

RESTITUIÇÃO DO IR

Receita Federal abre consulta do 2º lote

A partir das 10h de amanhã, o contribuinte poderá checar nos canais do Fisco se está na lista dos 6,5 milhões de pessoas que terão o reembolso do Imposto de Renda

» RAFAELA GONÇALVES

A Receita Federal abre, a partir das 10h de amanhã, a consulta ao segundo lote de pagamentos da restituição do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas de 2025. Trata-se do maior da história em número de contribuintes e em valor. Ao todo, 6.545.322 pessoas receberão R\$ 11 bilhões.

De acordo com o Fisco, o montante será destinado a contribuintes com prioridade no reembolso. Ao todo, serão 4.764.634 que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix; 1.044.585 com idade de 60 a 79 anos; 496.650 de professores; 148.090 de indivíduos com mais de 80 anos; e outros 91.363 de pessoas com deficiência física ou mental ou doença grave.

Caso algum contribuinte com essas características não tenha recebido a restituição no primeiro lote, é esperado que isso ocorra agora, de acordo com André Cavalcanti, sócio da Valore Contabilidade. “Pode acontecer também de contribuintes que atendem às características prioritárias, mas entregaram após o prazo de 30 de maio, bem como caso tenham tido uma malha que foi resolvida durante o mês junho”, afirmou.

Para saber se a restituição estará disponível, o contribuinte deve acessar o aplicativo “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, em “Consultar a Restituição”. A página da Receita apresenta orientações e

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Novo lote é o maior da história em número de contribuintes

os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC).

O pagamento do segundo lote será feito em 30 de junho, na conta ou na chave Pix informadas na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no e-CAC e tirar o extrato da declaração. Se identificar alguma pendência na declaração, ele pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

No período pós-declaração, o índice de comunicações falsas se passando pela Receita costuma aumentar significativamente, exigindo redobrada atenção dos contribuintes. “E-mails, ligações ou mensagens de texto não são canais utilizados pela Receita Federal, e caso qualquer comunicado seja entregue ao contribuinte, o único portal de consulta deverá ser o da Receita Federal. Nenhuma guia de pagamento para regularização é enviada para o contribuinte que não seja emitida diretamente pelo portal oficial”, alertou Cavalcanti.

A Receita programou o pagamento da restituição em cinco lotes

até setembro. A maioria dos brasileiros está contando com esse dinheiro para realizar o pagamento de dívidas. É o que aponta o levantamento encomendado pela Serasa ao Instituto Opinion Box, que mostrou que 67% dos entrevistados planejam pagar contas e quitar dívidas.

O levantamento do Serasa mostrou um aumento expressivo entre os participantes que resolveram direcionar a restituição para essa finalidade, em anos anteriores esse percentual correspondia a 45% dos entrevistados. O endividamento entre as famílias brasileiras registrou um aumento consecutivo nos últimos três meses, alcançando a marca de 77,6%, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Em relação aos grupos para cada destino, mostrou que 25% dos entrevistados planejam pagar as dívidas, 23% optaram por pagar contas, 11% buscam pagar contas inesperadas e 8% querem limpar o nome. Segundo o consultor financeiro Renan Diego, o movimento é benéfico para quem evita se endividar e para quem quer sair do vermelho. “Esse movimento não surpreende, na verdade, é uma boa alternativa para se organizar financeiramente. O valor da restituição pode ser usado não só para quitar as dívidas, mas também para adiantar alguma parcela ou para abater os valores de despesas que estão consumindo a renda mensal”, acrescentou.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Fim de ciclo à vista

A série de derrotas aplicadas pelo Congresso Nacional na votação dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a trechos de projetos de lei e na urgência para o decreto legislativo que susta o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tem significados de longo alcance. A análise de que se trata apenas de disputa pela liberação de emendas para os parlamentares aplicarem verbas orçamentárias em seus redutos eleitorais é simplista.

Está mais para fim de ciclo. Não necessariamente do fim da era do PT, vitorioso em cinco das seis últimas eleições presidenciais. É o fim do ciclo da prodigalidade no trato dos dinheiros públicos. E, possivelmente, dos lobbies econômicos entranhados no Estado, no vácuo da governança pífia, sem plano para entusiasmar a política.

Empinar crescimento econômico à base do keynesianismo hidráulico, em que a despesa pública corre à frente da receita estimulando o consumo em vez do investimento que expande a produção, exauriu-se, com implicações que vão muito além do embate entre o dirigismo do Estado e o liberalismo econômico. O que se fez desde o Plano Real, em 1994, até agora não tem mais espaço de ser feito nem por meio de aumentos sucessivos dos tributos nem do endividamento público.

Ambos baterem no limite da aceitação social, caso dos impostos, e da disposição de os gestores dos recursos de caixa das empresas e dos capitais ociosos do mundo em seguirem absorvendo os títulos de dívida do Tesouro Nacional emitidos para sustentar gasto corrente, não para mover o investimento em atividades inovadoras, capazes de competir nos mercados globais. A exploração de commodities rende divisas, mas sem o efeito difusor das inovações tecnológicas.

O encurtamento das opções de política econômica para um governo convicto de que o consumo movimenta a oferta, ou seja, a produção, na velha tradição do populismo latino-americano, está forçando uma mudança de diretrizes. Não só econômicas, mas políticas, já que as bases de apoio parlamentar foram formadas com a sedução monetária dos dinheiros orçamentários e a entrega de órgãos estatais.

Se para tal o dinheiro ficou escasso, cobrar mais imposto provoca azia política e se endividar gera a contrapartida do juro sideral, algo que mudar, começando pelo mindset dos governantes e dos que se dispõem a sucedê-los. Para os mais atentos, está mudando.

Partidos procuram visões

A urgência para a votação do decreto legislativo que vai sustar o aumento unilateral pelo governo do IOF foi aprovada pelo placar de 346 deputados a favor e 97 contra, com 70 ausências no plenário.

A lapada no governo só não foi mais chocante pela falta de hábito dos dirigentes do Congresso em se postarem como chefes de poderes constitucionais em relação aos outros dois, o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF). É um processo em transição quanto mais os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deixarem de agir como líderes de bancada governista. Pior: despachantes de emendas para deputados e senadores.

Foi o que se viu com a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a roubalheira dos aposentados e pensionistas por sindicatos e entidades supostamente associativas sob as barbas dos caciques do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério da Previdência. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o fez com ar constrangido, como se livrar a face do governante importasse mais que achar os responsáveis pela tanga dos velhos e doentes.

A expectativa de mudanças a caminho se fia no comportamento mais ousado de Alcolumbre e Hugo Motta (PR-PB), presidente da Câmara, ambos refletindo o sentimento dos líderes dos partidos de centro e de direita, cujas direções já trabalham por um nome de consenso contra a reeleição de Lula ou de quem ele indicar.

Como esse trabalho ainda se dá mais no bastidor, o que a imprensa noticia é o jogo corporativo do parlamento, com Motta e Alcolumbre na vitrine. É mais que isso. As chefias dos partidos mais robustos começam a discutir o que fazer para tirar o país do enroscado — não visível pelo laxismo fiscal que explica o juro pela hora da morte e a aflição do governo para o Congresso aprovar os projetos eleitorais já anunciados. Já era...

Falta a inteligência digital

Não é qualquer mudança que fará a diferença. Não se trata, por exemplo, de arrumar dinheiro miúdo cortando benefício social nem eliminando desoneração tributária. Trata-se de passar a limpo as rubricas, todas, da lei orçamentária, e os programas parafiscais.

Mas isso não sem considerar como o país se insere no mundo e as transformações dos modelos de produção e de gestão dos negócios. Na nova geopolítica, cada país procura o seu lugar no mundo sob a influência de três macro-tendências: a realocação das cadeias de produção, a transição energética e a inteligência artificial.

Das três, a tecnologia é a tendência que pede passagem no Brasil, puxada por um grande programa de inteligência digital — a língua franca dos algoritmos inserida em todos os aspectos da vida atual e futura. Não é questão de aprender, mas de integrar iniciativas tecnológicas já disponíveis no Brasil, faltando executá-las para sermos um destino privilegiado para o investimento tanto de grupos nacionais quanto de gigantes empresariais e financeiros globais.

Começa pela injeção de inteligência digital na administração dos governos, sobretudo o federal, liberando forças de transformação. Virão delas as reformas focadas em encontrar para cada problema sensível, como o nó tributário e a complexidade regulatória e de controle, as soluções que favoreçam a criação de novas atividades empresariais, desinterditem a veia empreendedora, revigorem os mercados regionais, motivem as gestões públicas, especialmente as municipais, e mobilizem a juventude numa onda de entusiasmo.

Uma história de recomeço

Como nos atrasamos demais, não mais importa política industrial a fim de esticar o prazo de vida de negócios terminais. Nem política tecnológica desperdiçada em produção de estudos para publicação em revistas acadêmicas. É preciso decisão, movimento e aplicação.

A nota destoante do malaise formal de Brasília é que há sinais de que lideranças políticas se apercebem de que algo terá de mudar, e não no sentido maquiavélico para tudo continuar como está. O senso de sobrevivência acorda forças sobrenaturais. Além de crescimento sustentado ser fator de coesão nacional, a adoção da inteligência digital e de cadeias de blocos de dados, ou “blockchain”, permitem a gestão em tempo real e o cruzamento de informações para melhorar a focalização do gasto, diminuir a evasão e combater a corrupção.

Com apoio político, liderança moderna e engajamento da sociedade, desponta a chance de a política recuperar o protagonismo perdido ou partilhado com outras instâncias como o Judiciário. Exercido a posteriori, o controle da abastarda política, em paralelo à ascensão dos poderes não eleitos. O fato é que todo o mundo adora uma história de recomeço.

TOP 1 no ranking nacional

de News Information – Local News

Enquanto uns viralizam, o Correio lidera.

E não é com visualização de meme, é acesso, é clique, é audiência real. O portal **Correio Braziliense*** é **TOP 1 Comscore** na categoria News Information - Local News do ranking nacional.

1º **Correio Braziliense***

2º **Estado de Minas**

3º **PORTAL “C”**

4º **PORTAL “D”**

5º **PORTAL “E”**

Nosso novo site reflete o compromisso com a inovação:

jornalismo de qualidade, acessível e moderno, em uma experiência de leitura ainda melhor.

Acesse: correio braziliense.com.br

Fonte: Comscore Multiplatform – Desktop e Mobile | Categoria News/Information. *Total Audience – *Audiência deduplicada das propriedades: correio braziliense.com, Correio Braziliense Blogs, ofuxico.com.br e oimparcial.com.br Usuários Únicos Abril/2025 | Brasil.

CORREIO BRAZILIENSE

DIÁRIOS ASSOCIADOS